



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SAÚDE

ANO LECTIVO

2010/2011

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

Direito Administrativo

Área Científica

Direito

Classificação curricular

Obrigatória

Ano / Semestre

1ºA/1ºSem

Créditos
ECTS

Horas de trabalho do aluno

Carga horária das sessões de ensino

Natureza Colectiva (NC)

Orientação Tutorial (OT)

4

108

T=30; P=15

DOCENTES

CATEGORIA

Responsável

Horácio Lopes

Equipº a Prof. Coordenador

Teóricas

Horácio Lopes

Equipº a Prof. Coordenador

Teórico-Práticas

Práticas

Horácio Lopes

Equipº a Prof. Coordenador

Prático-Laboratorial

OBJECTIVOS

- Posicionar a Administração Pública face ao Direito Administrativo e este em face daquela, com base na compreensão do que sejam, por um lado, os modos típicos de organização, funcionamento e controlo da Administração, bem como as formas de actividade administrativa exercidas pela mesma, e, pelo outro, o Direito Administrativo, suas características, fontes, funções e tipos de normas;
- Fornecer uma visão panorâmica da organização administrativa portuguesa, mediante o enunciado e caracterização das modalidades de administração pública que nela se englobam, complementando-a, em termos da correspondente teoria geral, com a abordagem dos elementos, sistemas e princípios constitucionais pertinentes;
- Aprender o que é o procedimento administrativo, com particular destaque, no âmbito do procedimento comum, para a sua tramitação e para o papel desempenhado pelo acto administrativo, quer quanto a requisitos de validade e de eficácia, quer quanto a causas e regimes de invalidade, e, no universo dos procedimentos especiais, para o procedimento regulamentar e para o procedimento contratual;
- Dar uma ideia das garantias de que os particulares podem socorrer-se para fazer face aos comportamentos da Administração que sejam lesivos dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

PARTE I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de Direito Administrativo
2. Administração pública e administração privada
3. Os vários sentidos da expressão administração pública
4. A função administrativa no quadro das funções do Estado
5. Formas da actividade administrativa
6. Sistemas administrativos
7. A administração pública e o direito. Ilegalidade e ilicitude
8. O princípio da legalidade e a presunção de legalidade
9. O controlo da administração pública
10. O direito administrativo: noção, características, fontes, funções e tipos de normas
11. A ciência do direito administrativo e a ciência da administração
12. O direito administrativo e os outros ramos do direito
13. Direito administrativo geral e direitos administrativos especiais

CAPÍTULO II - O INTERESSE PÚBLICO E A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

14. O interesse público: definição e prossecução
15. Interesse público, legalidade e mérito. O dever de boa administração
16. Vinculação e discricionariedade
17. Fundamentação e formalismo
18. Poder de decisão unilateral e a participação dos interessados na tomada de decisão
19. Autotutela executiva: significado e implicações
20. O interesse público e os interesses dos particulares
21. O princípio da proporcionalidade
22. Os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da boa fé
23. O princípio da responsabilidade

PARTE II - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I - GENERALIDADES

24. Preliminares
25. Espécies de administração pública

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

§ 1º A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRECTA

26. A administração central
27. A administração periférica
28. Os serviços da administração directa
29. A administração independente

§ 2º A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRECTA

I - GENERALIDADES

30. Noção
31. Âmbito

Hum

II - PESSOAS COLECTIVAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

- 32. Institutos públicos
 - 1. Serviços personalizados
 - 2. Fundações públicas
 - 3. Estabelecimentos públicos
 - 4. Regime jurídico dos institutos públicos
- 33. Entidades públicas empresariais

III - PESSOAS COLECTIVAS PRIVADAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

- 34. Empresas públicas sob forma societária
- 35. Fundações criadas por iniciativa pública
- 36. Associações criadas por iniciativa pública


§ 3º A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA

I - GENERALIDADES

- 37. Noção
- 38. Âmbito

II - AUTARQUIAS LOCAIS

- 39. Preliminares
- 40. Regime jurídico das autarquias locais
- 41. Freguesia
 - 1. Noção e atribuições
 - 2. Órgãos
- 42. As associações de freguesias
- 43. As freguesias e as organizações de moradores
- 44. O Município
 - 1. Noção
 - 2. Criação e extinção
 - 3. Classificação de municípios
 - 4. Atribuições dos municípios
 - 5. Órgãos
- 45. O associativismo municipal
 - 1. Preliminares
 - 2. Áreas metropolitanas
 - 3. Comunidades intermunicipais
 - 4. Associações municipais de fins específicos
- 46. A intervenção do Estado na gestão autárquica
- 47. A Região
 - 1. Noção
 - 2. Atribuições
 - 3. Órgãos
 - 4. O processo de regionalização
- 48. A administração regional autónoma
 - 1. Noção
 - 2. Remissão
- 49. As associações públicas
 - 1. Noção
 - 2. Espécies

- 
3. Regime constitucional específico
 4. As associações públicas profissionais em especial
 50. As pessoas colectivas privadas da administração autónoma

CAPÍTULO III - TEORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

§ 1º ELEMENTOS

I - PESSOAS COLECTIVAS

51. Noção e espécies
52. Regime jurídico
53. Órgãos
 1. Preliminares
 2. Classificações
 3. Os órgãos colegiais em especial
54. Atribuições e competências
 1. Generalidades
 3. A competência em especial
55. Relações interorgânicas
 1. Noção
 2. Hierarquia administrativa
 3. Supervisão
 4. Delegação de poderes ou de competência
56. Relações intersubjectivas
 1. Noção
 2. Tutela administrativa
 3. Superintendência
57. Serviços públicos
 1. Noção
 2. Estrutura organizativa
 3. Regime jurídico

§ 2º SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

58. Sistemas de organização administrativa
 1. Conceito e elenco
 2. Concentração e desconcentração
 3. Centralização e descentralização
 4. Integração e devolução de poderes

§ 3º PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

59. Enumeração e conteúdo
60. Limites

PARTE III - A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I - O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

61. Noção
62. Espécies
63. A codificação das regras do procedimento administrativo – o CPA

Hum

CAPÍTULO II - A TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO COMUM DE 1º GRAU PARA A TOMADA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

- 64.O arranque
- 65.A instrução
- 66.A audiência dos interessados
- 67.A decisão
- 68.A omissão juridicamente relevante

CAPÍTULO III - A DECISÃO EXPRESSA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 69.Conceito de acto administrativo
- 70.Estrutura do acto administrativo
- 71.Das formalidades em especial
- 72.Tipologia dos actos administrativos primários
- 73.Principais classificações de actos administrativos
- 74.O acto administrativo lesivo
- 75.A execução do acto administrativo

CAPÍTULO IV - VALIDADE E EFICÁCIA DO ACTO ADMINISTRATIVO

- 76.Noções gerais
- 77.Requisitos de validade
- 78.Requisitos de eficácia
- 79.Causas de invalidade do acto administrativo
- 80.Regimes de invalidade do acto administrativo
- 81.Âmbito de aplicação dos regimes de nulidade e de anulabilidade
- 82.Correspondência entre causas de invalidade e regimes de invalidade
- 83.Sanação dos actos administrativos ilegais

CAPÍTULO V - OS ACTOS SECUNDÁRIOS – A EXTINÇÃO DO ACTO ADMINISTRATIVO

- 84.Tipologia dos actos administrativos secundários
- 85.A revogação em especial

CAPÍTULO VI - O PROCEDIMENTO REGULAMENTAR

- 86.Separação de poderes, poder normativo e poder regulamentar. Origem, natureza e fundamentos do poder regulamentar
- 87.Conceito. O regulamento, a lei e o acto administrativo
- 88.Espécies de regulamentos
- 89.Limites do poder regulamentar
- 90.Competência regulamentar e formas jurídicas dos regulamentos
- 91.Modo de produção dos regulamentos
- 92.Publicação e vigência dos regulamentos

CAPÍTULO VII - PROCEDIMENTO CONTRATUAL

- 93.Contratos da administração pública e contratos administrativos
- 94.A formação do contrato
- 95.A execução do contrato
- 96.Espécies de contratos administrativos
- 97.A invalidade do contrato

Spun

CAPÍTULO VIII - A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 98.Noção, origens, objectivos e modalidades
- 99.A responsabilidade subjectiva
- 100.A responsabilidade objectiva

PARTE IV - AS GARANTIAS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I - AS GARANTIAS EM GERAL E AS GARANTIAS ADMINISTRATIVAS EM ESPECIAL

- 101.Conceitos e tipos
- 102.As garantias petitorias (direitos de petição, de representação, de denúncia, de oposição administrativa e de queixa para o Provedor de Justiça)
- 103.A queixa ao Provedor de Justiça em especial
- 104.As garantias impugnatórias
 - 1.Reclamação
 - 2.Recurso hierárquico
 - 3.Recurso hierárquico impróprio
 - 4.Recurso tutelar

CAPÍTULO II - AS GARANTIAS JURISDICIONAIS – A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

- 105.Noção
- 106.Órgãos da jurisdição administrativa
- 107.Âmbito da jurisdição administrativa
- 108.Competência dos tribunais administrativos
- 109.Elementos do processo administrativo contencioso
- 110.Os grandes princípios do processo administrativo contencioso
- 111.Os meios processuais
- 112.Vaor da causa, formas de processo e alçadas
- 113.Patrocínio judiciário

CAPÍTULO III - ARBITRAGEM

- 114.Noção
- 115.Dificuldades da arbitragem em matéria administrativa
- 116.Âmbito.

Amey

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO QUEIRÓ, “Lições de Direito Administrativo”, 2ª Ed., Coimbra, 1976;
- DIOGO FREITAS DO AMARAL, “Curso de Direito Administrativo”, Vols I e II, Almedina;
- GUILHERME DA FONSECA/LÚCIA RODRIGUES, “Direito Administrativo”, AAFDL, 2004;
- JOÃO CAUPERS, “Introdução ao Direito Administrativo”, 9ª Ed., Âncora;
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, “Direito Administrativo e Fiscal”, Coimbra, 1996 (lições policopiadas);
- JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, “Noções de Direito Administrativo”, Lisboa, 1982.
- MARCELO CAETANO, “Manual de Direito Administrativo”, Vols. I e II, 10ª e 9ª Eds., respectivamente;
- MARCELO RERBELO DE SOUSA, “Lições de Direito Administrativo”, Lisboa, 1994/1995;
- MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, “Direito Administrativo”, 2ª Ed., Coimbra, 1984;
- ROGÉRIO SOARES, “Direito Administrativo”, Coimbra, 1978.

WEBGRAFIA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	
Avaliação Periódica	Através de Frequências (Duas). A média não inferior a 10 valores faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que em nenhuma delas a classificação obtida seja inferior a 7 valores.
Avaliação Final	Exame escrito. A aprovação no mesmo depende da obtenção de classificação igual a, pelo menos, 10 valores.

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
-----	---------	-------

Horário José de Campos Lopes